

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A (a “Companhia” ou “Matrinchã”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 02 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP015199/F


Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	129.197	136.878	Fornecedores		2.135	2.009
Concessionários e permissionários	9	33.456	29.343	Empréstimos e financiamentos	15	59.919	77.748
Serviços em Curso		-	1.902	Debêntures	16	73.633	52.285
Impostos a recuperar	10	4.848	3.377	Salários e encargos		1.383	1.276
Almoxarifado operacional	12	23.044	22.881	Impostos e contribuições sociais		3.176	3.148
Despesas antecipadas		515	445	IRPJ e CSLL a recolher		1.171	476
Caixa Restrito	11	5.058	4.876	Dividendos a pagar		28.616	84.850
Outros ativos		7.318	6.675	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		2.751	3.710
Total do ativo circulante		203.436	206.377	Total do passivo circulante		172.782	225.502
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	11	51.747	51.401	Exigível a longo prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	18	10.568	23.897	Empréstimos e financiamentos	15	232.257	270.685
Ativo imobilizado	13	1.830.333	1.888.825	Debêntures	16	261.346	307.655
Intangível	14	39.395	37.852	Contingencia	17	1.552	425
Total do ativo não circulante		1.932.043	2.001.975	Total do passivo não circulante		495.155	578.765
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		1.508.073	1.508.073
				Reserva legal		54.933	48.909
				Reserva de incentivos fiscais		66.690	43.846
				Dividendos adicionais propostos		63.009	-
				Prejuízos acumulados		(225.165)	(196.743)
				Total do patrimônio líquido		1.467.540	1.404.085
Total do Ativo		2.135.479	2.208.352	Total do passivo		2.135.479	2.208.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		285.222	264.443
Serviços Cobráveis		1.581	-
Outras Receitas		17.625	13.482
Tributos			
PIS-PASEP		(5.179)	(4.736)
COFINS		(23.857)	(21.815)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.635)	(2.411)
Reserva Global de Reversão - RGR		(8.246)	(6.913)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.002)	(971)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		<u>263.509</u>	<u>241.079</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	20	(13.522)	(12.697)
Materiais		(2.539)	(1.764)
Serviços de terceiros		(21.951)	(8.764)
Arrendamentos e aluguéis		(1.324)	(2.298)
Seguros		(1.219)	(767)
Doações, contribuições e Subvenções		-	(54)
Provisões		168	1.038
(-) Recuperação de despesas		256	2.810
Tributos		(1.614)	(1.432)
Depreciação e Amortização		(59.909)	(75.537)
Outras Receitas Operacionais		1	1.470
Outras Despesas Operacionais		-	(8.100)
Resultado da Atividade		<u>161.856</u>	<u>134.984</u>
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras	21	(70.961)	(77.089)
Receitas Financeiras	21	22.739	17.546
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>113.634</u>	<u>75.441</u>
Imposto de renda corrente	18	(9.801)	(5.785)
Contribuição social corrente	18	(11.761)	(6.943)
Total		<u>(21.562)</u>	<u>(12.728)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>92.072</u>	<u>62.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	92.072	62.713
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>92.072</u>	<u>62.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Dividendos Adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.508.073	31.046	30.370	-	(143.265)	1.426.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	62.713	62.713
Constituição de reserva legal societária	-	17.863	-	-	(17.863)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	13.476	-	(13.476)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	-	(84.852)	(84.852)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.508.073	48.909	43.846	-	(196.743)	1.404.085
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	92.072	92.072
Constituição de reserva legal societária	-	6.024	-	-	(6.024)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	22.844	-	(22.844)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	-	(28.617)	(28.617)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	63.009	(63.009)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.508.073	54.933	66.690	63.009	(225.165)	1.467.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSSL	113.634	75.441
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação e Amortização	59.909	75.537
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	70.396	75.216
Provisão Contingência	(167)	(1.071)
Atualização de impostos a recuperar	(259)	(181)
Aumento/Redução de Ativos e Passivos	<u>243.513</u>	<u>224.942</u>
Concessionários e permissionários	(4.113)	(5.012)
Impostos a recuperar	(1.026)	1.063
Outros ativos circulantes	844	6.585
Fornecedores	126	(1.270)
Impostos e contribuições social a recolher	(7.541)	(7.378)
Outros	469	3.501
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>232.272</u>	<u>222.431</u>
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	<u>(49.202)</u>	<u>(54.675)</u>
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>183.070</u>	<u>167.756</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(1.384)	(5.626)
Intangível	(1.576)	(1.210)
Resgate em caixa e equivalente de caixa com uso restrito	(528)	(8.321)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(3.488)</u>	<u>(15.157)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento Debentures	-	-
Recebimento BNDES	617	-
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(103.029)	(89.506)
Pagamento de Dividendos	(84.851)	(22.561)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(187.263)</u>	<u>(112.067)</u>
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.681)</u>	<u>40.532</u>
Início do Exercício	136.878	96.346
Final do Exercício	129.197	136.878
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.681)</u>	<u>40.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. (“COPEL GeT”), para atuar na concessão do Lote A objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 012/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 012/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042, para a construção e operação das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 126.420, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015, 5456/2015, 7173/2018, além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2023 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 6,95% e chegou, incluindo os reforços, a R\$ 294.593. O montante da RAP recebido no exercício de 2023 foi de R\$ 281.553.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Da concessão--Continuação

Em outubro de 2015 foram concluídas as obras do ramal que liga a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, operada pela Eletronorte, permitindo o início do escoamento da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires, desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop, conforme REA 5050 de 27 de janeiro de 2015 da ANEEL.

Em 23 de janeiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em agosto de 2020 foram concluídas as obras do Novo Ramal Sinop (REA 7173/2018) e em 04 de setembro de 2020, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 28 de agosto de 2020.

b) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas. No dia 25 de novembro de 2020 foi emitida e renovação da LO, com validade de cinco anos, ou seja, 25 de novembro de 2025. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação e sua renovação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

Durante o ano de 2021 a MTE seguiu com o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação renovada. Em novembro de 2021 a concessionária assinou junto à SEMA o terceiro termo aditivo ao compromisso de compensação ambiental, definindo os termos de depósito do saldo da compensação. O depósito foi realizado em dezembro de 2021 em conta informada pelo órgão licenciador, tendo sido então cumprido o compromisso da concessionária.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Em 26 de maio de 2022 a SEMA/MT publicou em Diário Oficial o extrato do termo de quitação ao processo de compensação ambiental 141300/2013, em razão do cumprimento das obrigações da MTE quanto as medidas compensatórias previstas, tendo a concessionária recebido ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação por parte do órgão.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de abril de 2024.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatória, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

5. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

b) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na Nota Explicativa nº 16.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7. Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.2. Imobilizado

7.2.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.3. Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.5. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.6. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.7. Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.8.1. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.8.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

7.8.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido--Continuação

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.9. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento "pro rata tempore", observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7.10. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

7.10.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.10.2. Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7.10.3. Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrinchã, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) - Equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) - Equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos--Continuação

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação)--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e Bancos conta movimento	8.268	9.109
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	86	186
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	8.346	46.820
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	12.515	3.241
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	67.461	25.107
Aplicação financeira - CDB XP Investimentos	32.521	52.415
	<u>129.197</u>	<u>136.878</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) enquanto em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,32% do CDI.

9. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencidos acima de 120 dias	2.260	854
Vencidos de 61 a 120 dias	317	1.447
Vencidos até 60 dias	1.311	59
A vencer	29.568	26.983
	<u>33.456</u>	<u>29.343</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

10. IRPJ e CSLL a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda	4.848	3.377
Contribuição Social	-	-
	<u>4.848</u>	<u>3.377</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura da Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 13 e 14). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

Conta de Complementação de ICSD registra o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado pela Companhia e o valor equivalente ao ICSD mínimo de 1,2 na data-base. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta pagamento Debêntures	5.058	182	4.876
Reserva BNDES	21.369	(708)	22.077
Reserva de Debêntures	30.378	1.054	29.324
	<u>56.805</u>	<u>528</u>	<u>56.277</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante	5.058	4.876
Não circulante	51.747	51.401
	<u>56.805</u>	<u>56.277</u>

12. Almoxarifado operacional

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2022</u>
Almoxarifado de Manutenção e Operação	23.044	163	22.881
	<u>23.044</u>	<u>163</u>	<u>22.881</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	2.225.030	-	-	-	2.225.030	-	(488.341)	1.736.689	1.793.808
Edificações e obras civis	42.947	-	-	-	42.947	-	(11.461)	31.486	33.131
Terrenos	841	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	393	-	-	-	393	-	(160)	233	271
Subtotal	2.269.211	-	-	-	2.269.211	-	(499.962)	1.769.249	1.828.051
Administração									
Edificação e Benfeitoria	4.713	-	-	-	4.713	-	(2.056)	2.657	3.130
Máquinas e equipamentos	918	519	-	-	1.437	519	(854)	583	455
Móveis e utensílios	7	-	-	-	7	-	(1)	6	6
Veículos	988	74	-	-	1.062	74	(758)	304	440
Subtotal	6.626	593	-	-	7.219	593	(3.669)	3.550	4.031
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão									
Terrenos	88	-	-	-	88	-	-	88	88
Edificações e obras civis	39.107	-	-	-	39.107	-	-	39.107	39.107
A Ratear	3.433	-	-	-	3.433	-	-	3.433	3.433
Adiantamentos a Fornecedores	12.589	-	-	-	12.589	-	-	12.589	12.589
Subtotal	55.217	-	-	-	55.217	-	-	55.217	55.217
Administração									
Instalações - Subcrédito C	1.526	792	(1)	-	2.317	791	-	2.317	1.526
Subtotal	1.526	792	(1)	-	2.317	791	-	2.317	1.526
Total do Ativo Imobilizado	2.332.580	1.385	(1)	-	2.333.964	1.384	(503.631)	1.830.333	1.888.825

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão		2.269.211	(499.962)	1.769.249	1.828.051
Custo Histórico	1,10%	2.269.211	(499.962)	1.769.249	1.828.051
Administração		7.219	(3.669)	3.550	4.031
Custo Histórico	10%	7.219	(3.669)	3.550	4.031
Total em serviço		2.276.430	(503.631)	1.772.799	1.832.082
Em Curso					
Transmissão		55.217	0	55.217	55.217
Custo Histórico		55.217	0	55.217	55.217
Administração		2.317	0	2.317	1.526
Custo Histórico		2.317	0	2.317	1.526
Total em curso		57.534	0	57.534	56.743
Total imobilizado		2.333.964	(503.631)	1.830.333	1.888.825
Adições do imobilizado em curso - R\$					
		Material/Equipamento	Terreno		Total
instalações - Subcrédito C		792	-		792
Total das adições		792	-		792

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Baixa	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão									
Servidões	32.688	-	-	-	32.688	-	-	32.688	32.688
Subtotal	32.688	-	-	-	32.688	-	-	32.688	32.688
Administração									
Software	405	-	-	-	405	-	(290)	115	148
Subtotal	405	-	-	-	405	-	(290)	115	148
Ativo intangível em curso									
Transmissão									
Software	43	-	-	-	43	-	-	43	43
Servidões	4.973	5.995	-	(4.419)	6.549	5.995	-	6.549	4.973
Subtotal	5.016	5.995	-	(4.419)	6.592	5.995	-	6.592	5.016
Total do Ativo Intangível	38.109	5.995	-	(4.419)	39.685	5.995	(290)	39.395	37.852

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2023			2022
		Bruto	Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico		39.280	-	39.280	37.704
Administração					
Custo Histórico	20%	405	(290)	115	148
		39.685	(290)	39.395	37.852

15. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	Deliberação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2023
BNDES Subcrédito A	340.871		27.763	(24.749)	(53.249)	-	290.636
BNDES Subcrédito B	6.437		103	(113)	(6.427)	-	-
BNDES Subcrédito C	1.642	617	129	(110)	(318)	-	1.960
Custo de transação	-	517	-	-	-	97	(420)
	348.433	617	27.995	(24.972)	(59.994)	97	292.176
	31/12/2023	31/12/2022					
Circulante	59.919	77.748					
Não circulante	232.257	270.685					
	292.176	348.433					

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- Subcrédito 'A' - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo (i) se a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor sendo paga integralmente como juros; (ii) Quando a TJLP for superior a 6% a.a. o montante equivalente ao TJLP que exceder 6% será capitalizado junto ao principal. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$ 614.755.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- Subcrédito 'B' - R\$73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$58.133.
- Subcrédito 'C' - R\$ 3.440, com juros de 1,97% a.a. acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo (i) se a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor sendo paga integralmente como juros; (ii) Quando a TJLP for superior a 6% a.a. o montante equivalente ao TJLP que exceder 6% será capitalizado junto ao principal. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de janeiro de 2035. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$ 2.558.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2024	2025	2026	2027 até o final do contrato	Total
BNDES Subcrédito A	59.593	77.998	77.999	75.046	290.636
BNDES Subcrédito C	326	427	426	781	1.960
Total	59.919	78.425	78.425	75.827	292.596

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais. durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial. processo. procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto. especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais. no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial. processo. procedimento ou decisão administrativa; e adotar. durante o período de vigência deste Contrato. as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente. segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza. Valor e Finalidade do Contrato).

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Data	Frequência	Data	Vencimento	Frequência	Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	Repactuação	Garantia				ou Juros		% a.a.			Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																		
BNDES - Subcrédito A	989	58.614	231.031	290.634	Sim	27/12/2013	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada e aval/fiança bancária.	Juros e TJLP	1,97% + TJLP	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	15/05/2029	Mensal	59.593	77.998	153.043	290.634
BNDES - Subcrédito C	5	396	1.560	1.961	Sim	27/12/2013	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada e aval/fiança bancária.	TJLP	TJLP	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	15/01/2035	Mensal	326	427	1.208	1.961
Total por Dívida	994	59.010	232.591	292.595											59.919	78.425	154.251	299.032
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	994	59.010	232.591	292.595											59.919	78.425	154.251	299.032

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Cronograma de Amortização				
									2021	2022	2023	2024+	Total
9	Ativos Financeiros	-	134.255	51.747	186.002	-	-	-	186.002	-	-	-	186.002
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	134.255	51.747	186.002	-	-	-	186.002	-	-	-	186.002
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	8.268	-	8.268	Sim	CDI	100%	8.268	-	-	-	8.268
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	-	120.929	-	120.929	Sim	CDI	100%	120.929	-	-	-	120.929
9.1.5	Aplicação Financeira Títulos Públicos	-	5.058	51.747	56.805	Sim	CDI	100%	56.805	-	-	-	56.805

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2023	Total 2022
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	(1.830)	(142.269)	(507.252)	(651.351)	(726.946)
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	129.197	-	129.197	96.346
Dívida Líquida	(1.830)	(13.072)	(507.252)	(522.154)	(630.600)

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15/06/2016 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
 - Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12;
 - Rating atual da emissão (revisão setembro de 2019): AA+ (Fitch Ratings);
 - Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
 - Data de distribuição: 15/05/2016;
 - Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
 - Data de vencimento: 15/06/2029;
 - Quantidades de debêntures emitidas: 180.000;
 - Tipo de Remuneração: IPCA;
 - Taxa de Juros/Spread: 7.58% a.a.;
 - Garantias compartilhadas com o BNDES;
-
- Oferta: 3ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
 - Código do ativo registrado na CETIP: TPNO13;
 - Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
 - Data de distribuição: 08/06/2021;
 - Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/12/2021;
 - Data de vencimento: 15/12/2038;
 - Quantidades de debêntures emitidas: 135.000;
 - Tipo de Remuneração: IPCA;
 - Taxa de Juros/Spread: 4,9335% a.a.;

Sem Garantias. Quando ocorrer a exoneração das Garantias Reais pelo BNDES e pelos debenturistas da 2ª emissão, a Companhia deverá constituir a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ações em favor dos debenturistas, ou, a seu critério, notificar o Agente Fiduciário para que a taxa de juros seja incrementada em 0,3%.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Debêntures--Continuação

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2022	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2023
Debentures	377.997	41.597	(24.231)	(43.035)	-	352.328
Custo de transação	(18.057)	-	-	-	709	(17.348)
	<u>359.940</u>	<u>41.597</u>	<u>(24.231)</u>	<u>(43.035)</u>	<u>709</u>	<u>334.980</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	73.634	52.285
Não circulante	261.346	307.655
	<u>334.980</u>	<u>359.940</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2024	2025	2026	2027 até o final do contrato	Total
Debêntures	73.634	85.680	78.259	114.755	352.328
	<u>73.634</u>	<u>85.680</u>	<u>78.259</u>	<u>114.755</u>	<u>352.328</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2023 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Debêntures--Continuação

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total											2024	2025	2026+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																		
DEBÊNTURES II	566	71.317	123.432	195.315	SIM	15/05/2016	Compartilhada com BNDES	IPCA	7,58%	15/06/2024	SEMESTRAL	15/06/2024	15/06/2029	SEMESTRAL	65.054	58.673	71.588	195.315
DEBÊNTURES III	270	5.514	151.229	157.013	SIM	08/06/2021	Compartilhada com BNDES	IPCA	4,93%	15/06/2024	SEMESTRAL	15/06/2024	15/12/2038	SEMESTRAL	5.475	10.477	141.061	157.013
Total por Dívida	836	76.831	274.661	352.328	-	-									70.529	69.150	212.649	352.328
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-											-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	836	76.831	274.661	352.328											70.529	69.150	212.649	352.328

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

17. Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	221	425
Cível	1.331	-
	<u>1.552</u>	<u>425</u>

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributário (b)	60.594	115.933
Trabalhista	1.517	-
Cível (a)	213.470	17.862
	<u>275.581</u>	<u>133.795</u>

Os valores de servidão referem-se a disputa entre as partes estando as ações parcialmente garantidas mediante depósitos judiciais.

- (a) Composto a totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como possíveis, temos ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão. Parte dos valores em discussão já conta com depósito judicial conforme avaliação feita por perito na época da entrada do pedido para a constituição da servidão e ainda na esfera cível, a Companhia é parte em um processo judicial de valor relevante. O processo, no valor atualizado de R\$ 149.902, questiona decisão administrativa proferida pela ANEEL no sentido de executar a apólice de fiel cumprimento do contrato de concessão em função do atraso na entrada em operação comercial do empreendimento. Em 30 de março de 2023, foi proferida sentença confirmando liminar anteriormente deferida e julgando totalmente procedente o pedido da MTE para anular o procedimento administrativo de execução da garantia de fiel cumprimento do contrato de concessão e o processo administrativo foi extinto. Desde então, a ANEEL interpôs recurso de apelação contra a sentença do juiz. Os processos fiscais considerados como perda possível estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado de Mato Grosso, objetivando questionar o recolhimento de ICMS-Difal, ou pelos Municípios da região, que discutem os recolhimentos de ISS retido dos fornecedores.
- (b) Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de débitos de ICMS-Difal e ISS, relacionados a supostos fatos geradores ocorridos no período entre 2013 e 2018.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em uma arbitragem. A perda é classificada como possível, pois os prognósticos de êxito nestes casos são difíceis de prever, tendo em vista o caráter iminentemente técnico da grande maioria dos os pleitos em discussão, que será analisado por um perito escolhido pelas partes. Além disso, a decisão do tribunal de arbitragem deverá levar em conta, além dos pedidos da requerente, os valores de reconvenção apresentados pela Companhia, sendo precipitado neste momento a avaliação dos valores envolvidos em eventual sentença desfavorável à Companhia. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível.

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para a redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração (vide Nota 6.11). Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2022	19.249	4.648	23.897
Compensações 2023	(9.801)	(3.528)	(13.329)
Saldo em 31/12/2023	<u>9.448</u>	<u>1.120</u>	<u>10.568</u>

Passivo Corrente			
Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2022	-	476	476
Adições 2023	32.645	11.761	44.406
Compensações 2023	(9.801)	(3.531)	(13.332)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	-	(7.535)	(7.535)
Benefício fiscal - SUDAM	(22.844)	-	(22.844)
Saldo em 31/12/2023	<u>-</u>	<u>1.171</u>	<u>1.171</u>

Resultado			
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	
Incentivo SUDAM	22.844	13.476	
Imposto de Renda corrente	(32.645)	(19.261)	
	(9.801)	(5.785)	
Contribuição Social corrente	(11.761)	(6.943)	
	(11.761)	(6.943)	
	<u>(21.562)</u>	<u>(12.728)</u>	

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	769.117	51.0%
Copel Geração e Transmissão S.A.	738.956	738.956	49.0%
Total	<u>1.508.073</u>	<u>1.508.073</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$84.851, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 0,056265 para cada ação do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$84.851, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 0,056265 para cada ação do capital social.

Em 28 de junho de 2023, a Companhia pagou o valor de R\$84.851, referente à distribuição de 100% de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o valor de R\$91.625, onde R\$28.617 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, e R\$63.009 para distribuição de dividendo adicional proposto pela administração da companhia, se este não for aprovado pelo conselho, o montante será destinado a reserva de lucros, sendo R\$ 0,06076 para cada ação do capital social.

e) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

20. Despesas com pessoal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal	(12.530)	(11.824)
Remuneração	(5.650)	(5.617)
Encargos sobre a folha de pagamento	(2.585)	(2.574)
13o salário	(717)	(651)
Férias	(483)	(492)
Gratificação	(581)	(252)
Benefícios a empregados	(2.514)	(2.237)
Administradores	(992)	(873)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(987)	(868)
Benefícios dos administradores	(5)	(5)
Total	(13.522)	(12.697)

21. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	23.557	18.175
Variações monetárias ativas	9	12
Outras receitas financeiras	282	215
Tributos sobre receitas financeiras		
PIS	(155)	(120)
COFINS	(954)	(736)
Total de receitas financeiras	22.739	17.546
Despesas financeiras		
Juros e multas	(12)	(1.377)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(70.599)	(75.274)
Outras despesas financeiras	(350)	(438)
Total de despesas financeiras	(70.961)	(77.089)
Total das receitas e despesas financeiras	(48.222)	(59.543)

22. Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Balço patrimonial

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	129.197	-	129.197	136.878	-	136.878
Concessionários e permissionários	33.456	-	33.456	29.343	-	29.343
Serviços em Curso	0	-	-	1.902	-	1.902
Impostos a recuperar	4.848	-	4.848	3.377	-	3.377
Contas a receber ativo de contrato	-	228.691	228.691	-	217.384	217.384
Almoxarifado operacional	23.044	-	23.044	22.881	-	22.881
Despesas antecipadas	515	-	515	445	-	445
Caixa e equivalente de caixa com uso restrito	5.058	-	5.058	4.876	-	4.876
Outros ativos circulantes	7.318	-	7.318	6.675	3.357	10.032
Total do ativo circulante	203.436	228.691	432.126	206.377	(220.741)	427.118
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber ativo de contrato	-	2.888.967	2.888.967	-	2.903.529	2.903.529
Caixa e equivalente de caixa com uso restrito	51.747	-	51.747	51.401	-	51.401
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	10.568	(10.568)	-	23.897	(23.897)	-
Ativo imobilizado	1.830.332	(1.824.378)	5.954	1.888.825	(1.883.179)	5.646
Intangível	39.396	(36.463)	2.933	37.852	(36.463)	1.389
Total do ativo não circulante	1.932.043	(1.017.558)	2.949.601	2.001.975	(959.990)	2.961.966
TOTAL DO ATIVO	2.135.479	(1.246.249)	3.381.728	2.208.352	(1.180.732)	3.389.084
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	2.135	-	2.135	2.009	-	2.009
Empréstimos e financiamentos	59.919	-	59.919	77.748	-	77.748
Debêntures	73.633	-	73.633	52.285	-	52.285
Salários e encargos	1.383	-	1.383	1.276	-	1.276
Impostos e contribuições sociais	4.347	-	4.347	3.624	-	3.624
Dividendos a pagar	28.616	-	28.616	84.850	-	84.851
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.751	-	2.751	3.710	-	3.710
Total do passivo circulante	172.784	-	172.783	225.502	-	225.502
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	232.257	-	232.257	270.685	-	270.685
Debêntures	261.346	-	261.346	307.655	-	307.655
Imposto diferidos	-	421.181	421.181	-	384.086	384.086
Contingencia	1.552	-	1.552	425	-	425
Total do passivo não circulante	495.155	421.181	916.336	578.764	384.086	962.850
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	54.933	-	54.933	48.909	-	48.909
Reserva de incentivos fiscais	66.690	-	66.690	43.846	-	43.846
Reserva de lucros retidos	-	599.903	599.903	-	599.903	599.903
Dividendos adicional proposto	63.009	-	63.009	-	-	-
Prejuízos acumulados	(225.165)	225.165	-	(196.743)	(196.743)	-
Total do Patrimônio líquido	1.467.540	825.068	2.292.608	1.404.085	(796.646)	2.200.731
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.135.478	1.246.250	3.381.728	2.208.352	(1.180.732)	3.389.084

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Conciliação--Continuação

Demonstração do resultado

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	285.222	6.613	278.609	264.443	9.889	254.554
Receita de construção	-	-	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	19.206	-	19.206	13.482	-	13.482
Tributos						
PIS-PASEP	(5.179)	-	(5.179)	(4.736)	-	(4.736)
COFINS	(23.857)	-	(23.857)	(21.815)	-	(21.815)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.635)	-	(2.635)	(2.411)	-	(2.411)
Reserva Global de Reversão - RGR	(8.246)	-	(8.246)	(6.913)	-	(6.913)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(1.002)	-	(1.002)	(971)	-	(971)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	263.509	6.611	256.896	241.079	9.889	231.190
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(13.522)	-	(13.522)	(12.697)	-	(12.697)
Materiais	(2.539)	-	(2.539)	(1.764)	-	(1.764)
Serviços de terceiros	(21.951)	-	(21.951)	(8.764)	-	(8.764)
Arrendamentos e aluguéis	(1.324)	-	(1.324)	(2.298)	-	(2.298)
Seguros	(1.219)	-	(1.219)	(767)	-	(767)
Doações, contribuições e Subvenções	-	-	-	(54)	-	(54)
Provisões	168	-	168	1.038	-	1.038
(-) Recuperação de despesas	256	-	256	2.810	-	2.810
Tributos	(1.614)	-	(1.614)	(1.432)	-	(1.432)
Depreciação e Amortização	(59.909)	58.801	(1.108)	(75.537)	(73.289)	(2.248)
Gastos Diversos	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	1	-	1	1.470	(326.700)	328.169
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(8.100)	265	(8.365)
Resultado da Atividade	161.855	(52.189)	214.043	134.984	(389.835)	524.817
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	22.739	-	22.739	17.546	-	17.546
Despesas Financeiras	(70.961)	-	(70.961)	(77.089)	-	(77.089)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	113.634	(52.189)	165.821	75.441	(389.835)	465.274
Imposto de renda diferido	-	(17.474)	(17.474)	-	70.057	(70.057)
Contribuição social diferido	-	(6.291)	(6.291)	-	25.221	(25.221)
Imposto de renda corrente	(9.801)	-	(9.801)	(5.786)	-	(5.786)
Contribuição social corrente	(11.761)	-	(11.761)	(6.943)	-	(6.943)
Total	(21.562)	(23.765)	(45.327)	(12.728)	95.278	(108.007)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	92.072	(28.424)	120.494	62.713	(294.557)	357.268

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Conciliação--Continuação

22.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

22.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

22.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

22.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Conciliação--Continuação

22.5 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 18, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

22.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	2.292.608	2.200.731
Ativo Financeiro	(3.117.658)	(3.124.270)
Impostos diferidos ativos	10.568	23.897
Imobilizado	1.824.378	1.883.179
Intangível	36.463	36.463
Impostos diferidos passivo	421.181	384.086
Outros ajustes de diferentes práticas	(1)	(1)
Patrimônio líquido regulatório	1.467.539	1.404.085

22.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	120.494	357.268
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operação com transmissão de energia	304.428	277.926
(-) Receita de operação com transmissão de energia	(304.428)	(277.926)
Atualização do ativo financeiro da concessão (CPC 47)	(214.128)	(201.930)
Amortização do ativo de contrato da concessão (CPC 47)	220.742	211.820
Efeito revisão tarifária	-	(326.700)
Depreciação e amortização regulatória	(58.801)	(73.291)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	23.765	95.278
Gastos operacionais	1	268
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	92.072	62.713

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	129.197	136.878
Contas a receber	33.456	29.343
Caixa restrito	56.805	56.277
	<u>219.458</u>	<u>222.498</u>

- Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.
- Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.
- Caixa restrito: Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de commodities e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- Risco de taxa de juros: Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	120.929	127.769

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador das Emissões das Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

23. Gestão de riscos--Continuação

23.1 Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.